



VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA NO ESTADO DO PARÁ: ANÁLISE DO PERFIL DE INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA, 2011 – 2021

RAYSSA DA COSTA BATALHA; GIOVANNA LOUISE MIRANDA RODRIGUES
MORAIS; MARIA EDUARDA LOPES CARVALHO; WESLEY ABRAÃO DE OLIVEIRA
TEIXEIRA

RESUMO

Introdução: A violência está presente em toda a sociedade brasileira e persiste através de crises econômicas ou de saúde. Com a necessidade da vigilância em saúde, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou características específicas para a classificação e formas de como lidar com a Violência Interpessoal/Autoprovocada. Apesar disto, a base de dados brasileira Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) não faz distinção entre os dois tipos de violência, sendo computado os dados apenas como um tipo de notificação, como será apresentado nesta pesquisa. **Objetivo:** O objetivo da pesquisa é analisar os dados do Ministério da Saúde e evidenciar as incidências de violência interpessoal/autoprovocada nos anos de 2011 a 2021 no estado do Pará. O tema tem como justificativa o aumento significativo dos casos da violência, tal qual o acompanhamento profissional da evolução dos casos notificados. **Metodologia:** A pesquisa transversal descritiva baseia-se na análise das tabelas de notificações do tabulado TABNET – DATASUS, com os critérios inclusão sexo, raça, faixa etária, escolaridade e evolução do caso de violência interpessoal/autoprovocada no estado do Pará, nos anos em questão, sendo os critérios de exclusão dados que não foram contabilizados pelo tabulado, em conjunto Microsoft Excel e Word. **Resultados e Discussão:** A discussão aponta casos de violência contra mulheres com faixa etária de 20 a 59 anos, declaradas pardas, com escolaridade de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, destacando os casos de evolução deixados em branco. **Conclusão:** Concluindo que existe um despreparo de profissionais que atuam diariamente na área da saúde com o atendimento das vítimas de violência interpessoal/autoprovocadas, e como isto refletiu nas notificações.

Palavras-chave: Letalidade Violenta; Sistema de Informação de Saúde; Saúde Pública; Vigilância em Saúde; Agressão Física e Psicológica.

1. INTRODUÇÃO

A violência como uma questão de saúde pública, afeta toda a estrutura social de uma comunidade, sendo vistos em vários contextos sociais, como nos casos de homicídios, maus tratos físicos, privação do acesso aos cuidados de saúde, e assim por diante (BAHIA *et al.*, 2017). A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza como violência o uso premeditado de força ou poder como uma forma de ameaça contra um grupo social ou comunidade, a indivíduos ou a si próprio, tendo como resultado lesão corporal, mudanças na progressão ou privações de convívios (OMS, 2022).

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN - é o sistema brasileiro alimentado pelas investigações de casos de doenças e agravos registrados na lista nacional de doenças e notificações (BRASIL, 2017). Levanto isto em consideração, a ficha de notificação

de violências é unitária para diferentes tipos e natureza de violência. Desta forma, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) conceitua a violência autoprovocada, como lesões e ou envenenamento intencional a si mesmo, além de tentativa de suicídio, assim como, o uso intencional da força física ou em condição de ameaça, de uma pessoa contra a outra, salientando o ato como violência interpessoal. Ainda, também, instrui profissionais sobre a forma de atendimento em relação as notificações (ALMEIDA *et al.*, 2020).

Tendo em vista as informações apresentadas, o objetivo da pesquisa é analisar os dados das tabelas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde e evidenciar as maiores incidências de violência interpessoal/autoprovocada nos anos de 2011 a 2021 no estado do Pará. Ao escolher este tema, aponta-se também a justificativa do aumento significativo dos casos da violência citada, tal qual o acompanhamento profissional da evolução dos casos notificados. Consequentemente, por ser um estudo demasiado importante para a sociedade, se trata de um caso de vigilância em saúde pública (BERNADINO *et al.*, 2017).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo transversal descritivo de análise das tabelas de notificações do tabulado genérico TABNET – DATASUS, conduzidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) conta com os critérios inclusão de dados separados por sexo, raça, faixa etária, escolaridade e evolução do caso de violência interpessoal/autoprovocada no estado do Pará, nos anos de 2011 à 2021, sendo os critérios de exclusão dados que não foram contabilizados pelo tabulado.

Por fim, o Microsoft Excel 2019 e Microsoft Word 2019, foram as ferramentas escolhidas pelos pesquisadores, para analisar minuciosamente as tabelas e redigir o texto, para melhor compreensão dos próprios autores e dos leitores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela abaixo mostra as notificações pelas categorias por sexo masculino e feminino, além de citar os dados ignorados, exibindo maiores casos em relação ao sexo feminino.

Tabela 1 – Frequência por Ano da Notificação e Sexo em 2011 a 2021 no Pará

Ano da Notificação	Ignorado	Masculino	Feminino	Total
2011	-	360	1577	1937
2012	-	403	2112	2515
2013	-	530	3086	3616
2014	1	547	3135	3683
2015	-	735	3895	4630
2016	-	764	4442	5206
2017	-	808	3249	4057
2018	3	968	3925	4896
2019	1	1773	5651	7425
2020	1	1434	8644	10079
2021	1	1021	4907	5929
Total	7	9343	44623	53973

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

No ano de 2020, houve 1.005 mortes de mulheres no Brasil, equivalente a 3 mulheres

assassinadas por dia, e a taxa de 1,48 feminicídios registrados no estado do Pará, levando em consideração 100 mil mulheres. No total, houve 8644 casos de violências interpessoal/autoprovoçada contra indivíduos do sexo feminino neste mesmo ano (INSTITUTO AZMINA, 2021). Durante a pandemia, houve a necessidade de permanecer nas próprias residências, em alguns casos simbolizou restrições de mobilidade, dificuldade financeira e distanciamento dos demais familiares, revelando uma relação de poder e relacionamentos abusivos, onde deveria ser o seu local de refúgio, sendo um grande período de vulnerabilidade para as mulheres. (CHAGAS *et al.*, 2022).

Tabela 2 - Frequência por Ano da Notificação e Raça em 2011 a 2021 no Pará

Ano da Notificação	Ign/Branco	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
2011	287	206	202	8	1230	4	1937
2012	195	316	172	10	1811	11	2515
2013	469	369	233	14	2526	5	3616
2014	395	455	259	12	2552	10	3683
2015	403	475	308	12	3416	16	4630
2016	280	706	364	19	3820	17	5206
2017	175	512	336	33	2971	30	4057
2018	108	716	405	61	3576	30	4896
2019	207	910	546	30	5658	74	7425
2020	184	1447	923	55	7405	65	10079
2021	87	793	530	33	4438	48	5929
Total	2790	6905	4278	287	39403	310	53973

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Na tabela 2, são apresentados dados referentes à violência interpessoal/autoprovoçada, no que se refere às raças branca, preta, amarela, parda e indígena, bem como os casos ignorados e em branco. Diante disso, assim como na tabela anterior, os maiores números são do ano de 2020, evidenciando também o índice sobre a raça parda.

O colonialismo no Brasil instituiu identidades raciais enquanto princípio organizador das relações sociais e das estruturas de poder das comunidades, determinando a atemporalidade da força premeditada contra povos não caucasianos (GONZAGA *et al.*, 2020). Tal asserção, ressalta os 7405 casos de violência interpessoal/autoprovoçada contra pardos, apontando a vulnerabilidade atemporal e questões socioculturais deficientes (BORRET *et al.*, 2020).

Tabela 3 – Frequência por ano da Notificação e Faixa Etária em 2011 a 2021 no Pará

Ano da Notificação	Ign/Branco	Criança (0-09)	Adolescente (10-19)	Adulto (20-59)	Idoso (60 ou mais)	Total
2011	-	585	785	542	25	1937
2012	-	828	1075	579	33	2515
2013	2	821	1311	1399	83	3616
2014	14	763	1408	1398	100	3683
2015	6	914	1698	1905	107	4630
2016	8	925	1689	2445	139	5206
2017	-	774	1597	1550	136	4057
2018	1	950	2043	1777	125	4896
2019	21	1456	2917	2832	199	7425

2020	-	1203	2756	5749	371	10079
2021	-	796	1887	3030	216	5929
Total	52	10015	19166	23206	1534	53973

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

A terceira tabela expressa as faixas etárias agrupadas, os casos em branco e ignorados, com as maiores notificações do agrupamento de 20 anos a 59 anos

Quando se trata de adultos, a violência é amenizada, tendo maior vigilância sobre crianças e idosos. No ano de 2020, houve 5.749 casos de violência interpessoal/autoprovoada, revelando o súbito crescimento de violência contra jovens e adultos, demonstrando também o decréscimo desse número, após diminuir as medidas protetivas sobre a pandemia que afetou o Brasil. A sobrecarga parental em reflexo das condições psicológicas abaladas, fomentam os casos de depressão, ansiedade, solidão, tédio, raiva, além de casos de violência física, contribuindo para a tentativas de suicídio e automutilação (Oliveira *et al.*, 2020).

Tabela 4 – Frequência por Ano da Notificação e Escolaridade em 2011 a 2021 no Pará

Ano da Notificação	Ign/Branco	Analfabeto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Não aplicada	Total
2011	394	17	1008	132	19	367	1937
2012	334	26	1288	301	46	520	2515
2013	716	36	1627	602	99	536	3616
2014	752	57	1728	535	108	503	3683
2015	788	53	2092	956	186	555	4630
2016	708	48	2338	1214	335	563	5206
2017	541	76	1998	806	149	487	4057
2018	643	70	2446	960	172	605	4896
2019	1203	96	3462	1448	289	927	7425
2020	1209	91	3888	3081	1000	810	10079
2021	878	47	2407	1665	421	511	5929
Total	8166	617	24282	11700	2824	6384	53973

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

A tabela 4 expõe os níveis de escolaridade referente à violência interpessoal/autoprovoada. Desta forma, em um país onde a taxa de analfabetismo é consideravelmente alta, não é surpreendente que no de 2020 houve 3.888 casos de violência interpessoal/autoprovoada conta pessoas de que possuíam apenas ensino fundamental. Partindo do princípio que a vítima depende financeiramente do agressor, a mesma se submete, ou por ser desempregada ou por baixa remuneração, buscando assim, um complemento familiar mascarando as agressões sofridas e se submetendo a um sistema patriarcal machista (COUTO *et al.*, 2007).

Tabela 5 – Frequência por Ano de notificação e Evolução do Caso em 2021 a 2021 no Pará

Ano da Notificação	Alta	Evasão/fuga	Óbito por violência	Óbito por outras causas	Ign/Branco	Total
2011	823	10	9	4	1091	1937
2012	409	17	6	3	2080	2515

2013	1825	33	10	2	1746	3616
2014	1140	20	15	1	2507	3683
2015	-	-	-	-	4630	4630
2016	-	-	-	-	5206	5206
2017	-	-	-	-	4057	4057
2018	-	-	-	-	4896	4896
2019	-	-	-	-	7425	7425
2020	-	-	-	-	10079	10079
2021	-	-	-	-	5929	5929
Total	4197	80	40	10	49646	53973

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

A última tabela constata as notificações e evolução dos casos de violência interpessoal/autoprovoçada, com as classificações distribuídas em alta; evasão/fuga; óbito por violência; óbito por outras causas, contabilizando também, notificações ignoradas e em branco. Por conta disso, nota-se que as notificações dos anos de 2015 a 2021 estão em branco, tendo o maior número no ano de 2020.

As interações com as vítimas de violência interpessoal/autoprovoçadas são realizadas quando as sofredoras procuram os serviços de saúde, no entanto o despreparo por parte do profissional atendente sinaliza a falta de conhecimento para atender este usuário do sistema de saúde, tanto particular quanto público (SOUZA *et al.*, 2018). A prática educativa universitária e continuada deve ser pautada no processo de diálogo e comunicação com o paciente, reafirmando o processo ético e solidário (SILVA *et al.*, 2016). Tal realidade, pode ser ainda uma utopia pela quantidade de notificações em branco no SINAN.

Os números ressaltam estes acontecimentos, bem como os casos que não foram acompanhados e entraram para as estatísticas, no que se refere aos anos em que mais houveram casos de notificações de violência, também foram os anos em que estas vítimas não foram acompanhadas (FERNANDES *et al.*, 2022).

4. CONCLUSÃO

Ao ratificar a fragilidade de como o sistema de formação dos profissionais que atuam diariamente com o atendimento das vítimas de violência interpessoal/autoprovoçadas, também reflete nas notificações que estavam adormecidas. Acerca disso, é exposto o perfil de incidência das vítimas no estado do Pará, apresentando dados dos anos de 2011 a 2021, assim como evidenciar as notificações em branco e a falta de acompanhamento com profissionais. Os resultados apresentados deixam explícito as notificações aludidas a sexo, raça, faixa etária, escolaridade e evolução do caso, o que pode proporcionar ações e iniciativas de equipes de saúde coletiva para promover educação prolongada, o que ecoa no atendimento das vítimas de violência interpessoal/autoprovoçada, e principalmente, secundando as vítimas na hora do atendimento.

Consequentemente então, ao ser relatar casos de violência contra mulheres com faixa etária de 20 a 59 anos, declaradas pardas, com escolaridade de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, destacando os casos de evolução deixados em branco, pode-se pensar sobre os impactos causados nas vítimas e possíveis danos causados em seu círculo familiar, podendo ocasionar no abandono dos acompanhamentos de evolução dos casos. Em síntese, os autores das violências desfrutaram do medo e da vulnerabilidade de seus mártires, que por sua vez, não tem o discernimento de levar em frente as denúncias, se for levado em consideração que a maioria dos violentadores são os próprios companheiros e provedores, e a vítima necessita

retornar ao lar do agressor seja por ter filhos com o agressor ou por não ter como se desvincular da situação (FIORINI *et al.*, 2021).

Por fim para sustentar uma denúncia, um profissional deve seguir uma série variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para as agressões, onde cada estado de saúde é único e deve ser analisado minuciosamente. Não sendo o caso de evasores, ao qual abandonar o atendimento impossibilita o seguimento do estudo dos atos de violência (BRASIL, 2010).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. C.; SOUSA-FILHO, L. F.; SANTIAGO, B. M. Classificação Internacional das Doenças – 11ª revisão da concepção à implementação. 2020. Revista de Saúde Pública, 54:104. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002120> . Acesso em: 22 de dezembro de 2022

BAHIA, C. A.; AVANCI, J. Q.; PINTO, L. W.; MINAYO, M. C. D. S. Lesão autoprovocada em todos os ciclos da vida: perfil das vítimas em serviços de urgência e emergência de capitais do Brasil. 2017. Revista Brasileira de Ciência & Saúde coletiva, 22 (9): 2841 – 2850. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12242017> . Acesso em: 23 de novembro de 2022.

BERNADINO, Í. M.; et al. Violência interpessoal, circunstâncias das agressões e padrões dos traumas maxilofaciais na região metropolitana de Campina Grande, Paraíba Brasil (2008-2011). 2017. Revista Brasileira de Ciência & Saúde Coletiva, 22 (9). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.09852016> . Acesso em: 16 de dezembro de 2022

BORRET, R. H.; ARAUJO, D. H. S. D.; BELFORD, P. S.; OLIVEIRA, D. O. P. S. D.; VIEIRA, R. C.; TEIXEIRA, D. S. Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista. 2020. Revista Brasileira de Educação Médica, 44 (suppl 01): e0148. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200405> . Acesso em: 24 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. 2010. Brasília. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_sau_e.pdf. Acesso em: 04 de fevereiro de 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação n 4º, de 28 de setembro de 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html#CAPITULO I . Acesso em: 18 de dezembro de 2022

CHAGAS, E. R.; OLIVEIRA, F. V. A. D.; MACENA, R. H. M. Mortalidade por violência contra mulher antes e durante a pandemia de Covid-19. Ceará, 2014 a 2020. 2022. Saúde e debate, 46 (132): 63 – 75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213204> . Acesso em: 25 de novembro de 2022

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B.; d'Oliveira, A. F. P. L.; KISS, L. B. Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a

mulher, São Paulo, Brasil. 2007. Revista Brasileira de Ciência & Saúde Coletiva, 11 (suppl): 1323 - 1332. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500021> . Acesso em: 25 de novembro de 2022

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. 2007. Revista Brasileira de Ciência & Saúde coletiva, 11 (suppl): 1163 - 1178. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007> . Acesso em: 23 de novembro de 2022.

FERNANDES, H.; BERTINI, P. V. R.; HINO, P.; TAMINATO, M.; SILVA, L. C. P. D.; ANDRIANI, P. A.; RANZANI, C. D. M. Violência interpessoal contra pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais. 2022. ACTA Paulista de Enfermagem, 35: Eape01486. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO014866> . Acesso em: 27 de novembro de 2022.

FIORINI, V. R.; BOECKEL, M. G. Violência Interpessoal e suas Repercussões na Saúde em um Hospital de Pronto-Socorro. 202. Psico – USF, Bragança Paulista, 26 (1): 129 – 140. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260111> . Acesso em: 29 de novembro de 2022.

GONZAGA, P. R. B.; CUNHA, V. M. Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: Desvelando a generificação do Genocídio Negro. 2020. Psicologia: Ciência e Profissão, vol. 40, e242819: 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242819>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

INSTITUTO AZIMINA. NA PANDEMIA, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia. 08 de março de 2021. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/> . Acesso em 24 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, W. A. et al. A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: SCOPING REVIEW. 2020. Caderno de Saúde Pública 36 (8). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150020> . Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre violência e saúde. Genebra, 2022. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf> . Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

SILVA, P. L. N. D.; et al. Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários. 2016. Revista de Bioética, 24 (2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422016242128> . Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

SOUZA, A. A. C. D.; CINTRA, R. B. Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero. 2018. Revista de Bioética, vol. 26 (1). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422018261228> . Acesso em: 10 de janeiro de 2022.